



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Proc.E-07/504.108/2011
Data: 02/05/2011. fls. 128
Rubrica: [assinatura]
ID:

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2019.

Parecer GTA nº 03/2019 – Guilherme Teixeira Araujo

Ref.: Processo: E-07/504.108/2011

Manifestação da Procuradoria do INEA. Termo de Ajustamento de Conduta. TAC.INEA nº 002/2014, com vistas à adequar implantação de Núcleo Industrial. Celebração do Primeiro Termo Aditivo nº 08/2017, prorrogando em 12 meses a vigência do TAC. Descumprimento das obrigações assumidas. Requerimento de nova prorrogação da vigência após o vencimento do TAC. Óbice jurídico. Sugestão da Aplicação da multa moratória. Possibilidade da celebração de novo Termo de Ajustamento de Conduta.

Sr. Dr. Procurador Chefe do INEA,

BREVE RELATÓRIO

O presente processo administrativo foi inaugurando com a finalidade de analisar requerimento de licenciamento ambiental do Núcleo Industrial Municipal de Paracambi, localizado na Zona de Ocupação Industrial (ZOI) do referido município.

Todavia, no decorrer da análise preliminar, foi verificado o início da implantação do Núcleo Industrial antes da expedição da devida licença ambiental. Neste diapasão, com o intuito de adequar o licenciamento do empreendimento, foi celebrado o **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 002/14** entre a Secretaria de Estado do Ambiente



inea instituto estadual
do ambiente

Av. Venezuela, n.º 110, sala 226, Saúde, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20081-312, www.inea.rj.gov.br
Tel: 2334-9431 / Fax: 2334-9423, procuradoria@inea.rj.gov.br / inea.proc@gmail.com

[assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

(SEA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Prefeitura Municipal de Paracambi e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE/RJ) com fundamento no art. 101 da Lei Estadual n. 3.467/00 e art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85 - fls. 181/190 do volume I.

Antes do vencimento do referido TAC, foram constatados descumprimentos as obrigações impostas à Compromissada, dos itens 4.1, 4.4, 4.6, 4.7 e 4.11 [4.10] do TAC, e falta de tempo para sua finalização. Assim, dentro do prazo de vigência do TAC, a Compromissada requereu a celebração Termo Aditivo de prorrogação, nos termo da cláusula segunda do TAC.

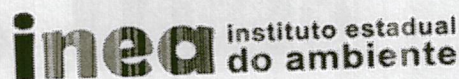
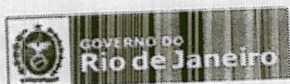
Tendo em vista o atraso no cumprimento das obrigações, a 323ª Reunião Ordinária do CONDIR (fls. 442) deliberou pela (i) aplicação de multa moratória pelo descumprimento dos citados itens da Cláusula Quarta do TAC; (ii) acréscimo de 20% ao valor da sanção administrativa (COGEFISEA/00138985), conforme previsto no § 2º do item 3.2 da Cláusula Terceira do TAC; e (iii) deferiu a requisição da Prefeitura de prorrogação de prazo da vigência do TAC por meio de celebração de aditivo (fls. 390/391 do volume II).

Cumpridas as formalidades e apresentadas informações e documentos pela Compromissada, o processo prosseguiu regularmente.

Após criteriosa análise técnica, foi calculado o valor da multa devida pelos descumprimentos das obrigações originais do TAC no valor de R\$ 1.320.000,00 (um milhão e trezentos e vinte mil reais). O corpo técnico concluiu, ainda, pela prorrogação da vigência deveria ser no período de doze meses.

Tendo em vistas dificuldades financeiras da Prefeitura em pagar a multa, ficou convencionado entre as partes, a conversão da multa moratória pela obrigação de aumentar para 40% (quarenta por cento) a área de reflorestamento prevista no item 4.7 do TAC. Ressalte-se que no verso da folha 540 consta despacho proferido pelo Coordenador da CEAM atestando a concordância.

Neste expediente Procuradoria do INEA se manifestou de forma positiva à prorrogação da vigência do TAC e a conversão da multa moratória no projeto de





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

reflorestamento, por meio do **Parecer Jurídico nº TMD 28/2017**, da lavra da Assessora Jurídica Dra. Thaissa Mascarenhas Domingues, (fls. 551/561).

Em seguida, após o a assinatura do termo entre os Compromitentes e a Compromissada (**Primeiro Termo Aditivo nº 08/2017**), a minuta foi encaminhada para a ciência e concordância do MPE/RJ (**INTERVENIENTE**) no dia 17/07/2017, por intermédio do Ofício INEA/PRES 437/17 (fls. 592/593).

Por meio do Ofício 1305/2017, subscrito pela Dra. Carolina Magalhães do Nascimento, Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Barra da Piraí, o MPE/RJ se manifestou discordando dos termos da minuta do Termo Aditivo, “em razão da ausência de indicação de razões que justificam a conversão da multa” (fls. 594).

A CEAM se manifestou por intermédio da Nota Técnica CEAM 02/2017, onde justificou e apresentou as razões pela qual foi sugerida a conversão do valor da multa pecuniária pelo descumprimento do TAC (fls. 603/613).

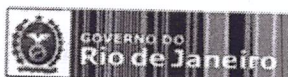
Todavia, á fl. 614 foi juntado novo ofício ressaltando a posição do MPE/RJ pela discordância dos termos insertos na minuta de Termo Aditivo ao TAC e informando que não iria subscrever tal documento.

Diante disto, o Coordenador do TAC enviou consulta para esta Douta Procuradoria do INEA, questionando: “(i) Se o aludido Termo Aditivo teve seu prazo de validade expirado pela ausência de lavra da Interviente; e (ii) Em caso de vigência do Termo Aditivo, quais orientações desta especializada para a continuidade dos trâmites cabíveis.”

Em síntese, o **Parecer Jurídico NK nº 62/2017**, da lavra do Assessor Dr. Nicholas Krajnc (fls. 636/648), concluiu:

(...)

(vii) **Não há dúvidas acerca da importância da atuação do Ministério Público para promover a proteção do Meio Ambiente, no entanto, sua participação na celebração do instrumento, embora desejável, não é obrigatória [jurisprudência do TCU neste sentido];**





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

(viii) Ademais, o parágrafo único do item 2 do TAC prevê que “o prazo de vigência deste Termo poderá ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo, com base em justificativa apresentada pela Compromissada até 60 dias antes do vencimento, caso os compromitentes considerem pertinente”, o que afasta a necessidade de concordância do Ministério Público

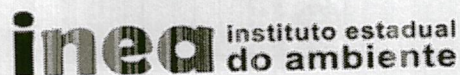
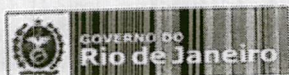
(ix) Importante ressaltar que o fato de o MPE/RJ não subscrever o Termo Aditivo, o que externa sua discordância quanto a seus termos, não vincula sua atuação de forma alguma. Portanto, caso assim entenda, o MPE/RJ pode instaurar inquérito civil (ou prosseguir com o já instaurado), ajuizar ação civil pública ou agir da forma que entender ser cabível em face de qualquer uma ou todas as partes do Termo Aditivo;

(x) Dito isto, entendo que ainda subsiste a viabilidade de assinatura do Termo Aditivo, tendo em vista que o pedido de prorrogação se deu antes de findo o prazo previsto para tanto, todas as partes manifestaram concordância com sua celebração e com a minuta final consolidada, antes do prazo final e a Compromissada, que pode sofrer efeitos negativos pela não celebração do Termo Aditivo, agiu com boa-fé ao longo do processo e não deu causa a seu atraso;

Assim sendo, em razão da vontade das partes e diante da orientação jurídica realizada, a vigência do TAC.INEA nº 002/2014 foi prorrogada em 12 meses, isto é, até 18/07/2018.

Em 13 de março de 2018 (fl. 691), o MPE/RJ intimou o Coordenador TAC para prestar esclarecimentos sobre o licenciamento previsto no TAC e sobre as demais apurações do inquérito civil que acompanhava o licenciamento ambiental do Núcleo Industrial em questão.

Na reunião, em 18 de abril de 2018, o coordenador do TAC explicou que o Termo Aditivo previu a conversão da multa moratória em serviço ambiental de reflorestamento em razão da situação financeira do Município e que tal conversão impediria que valor da multa entrasse no fundo que o INEA não tem plena gestão e fosse direto para a aplicação em





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Proc.E-07/504.108/2011

Data: 02/05/2011 fls. 30

Rubrica

ID:

serviços ambientais (reflorestamento) - Ata de reunião de fls. 703 e 704. No fim das contas, o Promotor de Justiça não se opôs a assinar o TAC como interveniente.

Passar disto, em plena vigência do TAC, não foi acostado aos autos nenhuma manifestação técnica acerca do cumprimento das obrigações pendentes do TAC.INEA nº 002/2014 e do Primeiro Termo Aditivo nº 008/2017.

Em 28 de setembro de 2018, após o vencimento do TAC, o Município de Paracambi protocolou nos autos o Ofício SEMADES nº 189/2018 (fl. 715), solicitando mais uma prorrogação do TAC, no intuito de dar início à atividade de Reposição Florestal na área de 98 hectares (obrigação constante no Primeiro Termo Aditivo), e encaminhou junto ao ofício evolução no cumprimento das obrigações.

Dentro desta evolução, relatou o cumprimento de grande parte das pendências do Termo originário e aditivo, faltando, principalmente, a execução do Projeto de Reposição Florestal na área de 98 hectares.

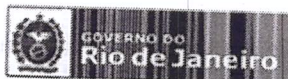
Diante da solicitação de prorrogação da vigência de TAC vencido, o Coordenador do TAC, na manifestação de fl. 727, CONSULTA esta especializada quanto à possibilidade jurídica de continuidade do TAC, nesta situação.

É o relato do indispensável. Passemos às considerações pertinentes.

DA ANÁLISE JURÍDICA

i. DA VIGÊNCIA DO TAC.INEA Nº 002/2014:

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento de resolução negociada de conflitos, envolvendo direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. No



3



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

âmbito da **Lei nº 7.347/85 (art. 5º, § 6º)¹**, é o ato jurídico pelo qual a pessoa, física ou jurídica, reconhece implicitamente que sua conduta ofende ou pode ofender interesse difuso ou coletivo e assume, perante um órgão público legitimado, o compromisso de eliminar a ofensa ou o risco, através da adequação de seu comportamento às exigências legais, mediante a formalização de termo com força de título executivo extrajudicial.

Neste sentido:

É inegável que o instituto foi criado com a intenção de evitar a ação coletiva de conhecimento, sendo, portanto, ontologicamente de natureza pré-processual. Não fosse assim, não se teria falado em 'interessado' e nem em 'título executivo extrajudicial'. Entretanto, a intenção não é impeditiva de que o compromisso seja tomado em juízo, qual seja, perante o juiz.²

Importante deixar claro que todos ganham com o regular cumprimento de um TAC. O meio ambiente e, portanto, as gerações presentes e futuras, já que cessam os malefícios gerados pela atividade infratora e são reparados ou compensados os danos sofridos e o interessado, que ao invés de enfrentar custosos procedimentos administrativos e civis de responsabilização e suportar as respectivas sanções, obtém uma oportunidade de cumprir sua obrigação de modo e dentro dos prazos convencionados.³

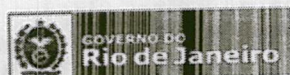
Assim, a fixação das obrigações e condicionantes deverão ser rigorosamente cumpridas para cessação, adaptação ou correção dos seus efeitos adversos. De modo contrário, o TAC poderá ser executado judicialmente a fim de que o Compromissado, cumpra, por determinação judicial, as obrigações pendentes.

No caso em tela, a Prefeitura Municipal de Paracambi deu início à instalação do Núcleo Industrial sem a obtenção da devida licença ambiental, realizando (i) obras de

¹ Art. 5º (...)§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11.9.1990)

² ABELHA, Marcelo. *Ação Civil Pública e meio ambiente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 100.

³ In: Parecer LC nº 04/2007, de lavra da Dra. Lidiane Eluizete de Carvalho.



inea instituto estadual
do ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

terraplanagem próximo à faixa marginal de proteção se autorização ambiental; (ii) não solicitou a demarcação de FMP dos cursos d'água presentes na localidade; (iii) não averbou a Reserva Legal do terreno; e, ainda, (iv) suprimiu vegetação nativa sem autorização;

Neste diapasão, por certo, o TAC nº 002/14, com fundamento no **art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85**, foi o instrumento adequado para a composição dos interesses envolvidos no presente expediente, que teve por objetivo estabelecer compromisso das obrigações relacionadas ao licenciamento ambiental, por meio de fixação de obrigações, de modo a cessar, adaptar ou corrigir seus efeitos adversos.⁴

Cumprе ressaltar que, no decorrer da vigência do referido TAC, as partes convencionaram a prorrogação da vigência do TAC em 12 meses, por meio do **Primeiro Termo Aditivo nº 08/2017**, tendo em vista dificuldade financeira da Prefeitura em arcar com todas as obrigações assumidas.

Nesta toada, tal prorrogação de vigência foi apoiada na Cláusula Segunda do Termo originário, que permitia a dilação do prazo através de Termo Aditivo. Confira:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2 – O Prazo de vigência do presente TAC é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de publicação do Extrato do TAC no Diário Oficial, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, na forma da Lei.

Parágrafo único: O prazo de vigência deste Termo poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, com base em justificativas apresentada pela Compromissada até 60 dias antes do vencimento, caso os Compromitentes considerem pertinente.

Verifica-se que o pedido de prorrogação ocorreu durante a vigência do TAC, em momento adequado, e sua justificativa foi aceita pelo Coordenador do TAC. Por isso, o INEA e a SEA (Compromitentes) concordaram com a assinatura do Termo Aditivo.

⁴ Conforme a Norma para elaboração e controle de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, NA-5.001.R-0.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Naquela ocasião, foi aplicada multa moratória pelo atraso no cumprimento das obrigações e conversão da multa na obrigação de aumentar o reflorestamento previsto no Termo originário em 50 hectares, totalizando o projeto de reflorestamento em 98 hectares.

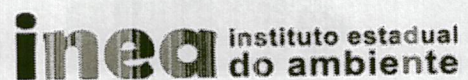
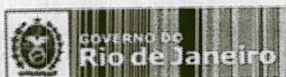
Na consulta por ora encaminhada para esta especializada, a Compromissada (Prefeitura de Paracambi) solicita aos Compromitentes, nova prorrogação do prazo de vigência do TAC, informando que o projeto de reflorestamento já foi aprovado pelo INEA e que precisa de mais tempo para executar o plano.

No entanto, nota-se que o pedido de dilação ocorreu em 28 de setembro de 2018, ou seja, 10 dias após o vencimento do TAC. Além de não respeitar o prazo mínimo de solicitação de 60 dias antes do vencimento do TAC, como previsto no parágrafo único da cláusula segunda, a Prefeitura solicitou a prorrogação após o vencimento do Termo Extrajudicial.

ii. **DA CONSUTA EM APREÇO** (fl. 725/727):

Como é cediço da Administração Pública deve cumprir os princípios básicos insculpidos na Constituição Federal. Um deles é o Princípio da Legalidade.

O princípio da legalidade, que é uma das principais garantias de direitos individuais e homogêneos, remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite, ou seja, só pode ser exercido em conformidade com o que é apontado na lei, esse princípio ganha tanta relevância pelo fato de não proteger a população de vários abusos





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

emanados de agentes do poder público. Diante do exposto, Hely Lopes de Meirelles⁵ defende que:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “poder fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”.

Deste modo, este princípio, além de passar segurança jurídica a todos, limita o poder do Estado, ocasionando assim, uma organização da Administração Pública. Este princípio além de previsto no *caput* do art. 37, vem devidamente expresso no rol de Direitos e Garantias Individuais, no art. 5º, II, que afirma que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”.

Na mesma de raciocínio, também é dever da Administração cumprir os princípios do direito civil contratual, mais especificamente relacionado ao princípio da obrigatoriedade dos contratos.

O princípio da obrigatoriedade dos contratos representa a força vinculante das convenções, os que o fizerem serão obrigados a cumprir o contrato que celebraram se este for válido e eficaz, pois foram as partes que escolheram e aceitaram os termos e cláusulas descritos sem interferência do juiz.

A força obrigatória significa a irreversibilidade da palavra empenhada, e tem por fundamentos a necessidade de segurança nos negócios jurídicos, que deixaria de existir se os contratantes tivessem a opção de não cumprir o que acordaram, e a intangibilidade ou imutabilidade do contrato, pois o acordo faz lei entre as partes.

Por ser o TAC em apreço um Contrato Extrajudicial firmado entre o ente Público com outro ente interessado em adequar o seu comportamento às exigências legais, não há

⁵ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

dúvida que a relação acordada deve seguir, rigorosamente, aquilo que foi convencionado, neste caso, o ajuste de interesse ambiental.

Assim, não se pode olvidar que é dever do INEA cumprir as regras estabelecidas no TAC.INEA nº 002/2014, sem se submeter aos interesses da Compromissada.

No caso em apreço, a Compromissada requereu prorrogação da vigência do TAC sem respeitar o prazo mínimo estabelecido e ainda após o vencimento do TAC, existindo, portanto, óbice jurídico a tal prorrogação.

Deste modo, seguindo pura e simplesmente as normas contratuais, **não deve o INEA aceitar a prorrogação do prazo**, no mesmo passo que deve o INEA usar das medidas protetivas em relação ao descumprimento das obrigações pendentes.

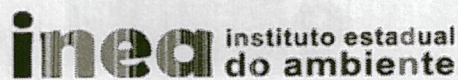
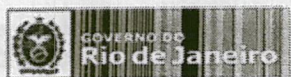
No que tange as penalidades previstas no Termo, a Cláusula Nona previu multa moratória e a multa rescisória. Contudo, neste expediente, é válido ressaltar que não é interessante, neste momento, aplicação da multa rescisória, isto porque existem obrigações ainda pendentes e que continuam sendo de responsabilidade da Compromissada.

Assim, sabendo do interesse da Prefeitura de Paracambi de cumprir as obrigações pendentes, principalmente em relação à execução do projeto de reflorestamento, já aprovado pelo INEA, e também do interesse do INEA e SEA em ver o cumprimento do acordado, esta Procuradoria sugere a aplicação da multa moratória em relação às obrigações pendentes e recomenda a celebração de novo TAC com a Prefeitura de Paracambi.

Desta maneira todas as obrigações pendentes poderiam ser incluídas neste TAC com um prazo razoável ao seu cumprimento.

Tratando-se de Projeto de Reflorestamento, poderá a área técnica do INEA estabelecer novas regras e acompanhar a implantação de todo projeto.

Com efeito, evita-se a possibilidade de execução judicial do TAC e cumpre-se o Princípio da Legalidade, incito à Administração Pública em geral. No caso da discordância





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

da Compromissada em celebrar um novo TAC restará ao INEA e a SEA executar o TAC.INEA 002/2014 judicialmente e ainda a aplicação da multa rescisória, nos termos da Cláusula Nona.

Por fim, tendo em vista a participação do MPE/RJ, como interveniente deste TAC, sugere-se que todas novidades no desfecho do TAC.INEA nº 002/2014 sejam encaminhadas àquele Instituto, para que este se manifeste, caso seja do seu interesse, e ainda o envio de convite ao mesmo órgão para participar, novamente, como interveniente do novo TAC.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tem-se que:

- (i) Por certo, o TAC.INEA nº 002/14 foi o instrumento adequado para a composição dos interesses envolvidos no presente expediente, já que se cuida de um acordo de vontades com eficácia de título executivo extrajudicial que tem por objetivo estabelecer compromisso das obrigações relacionadas ao licenciamento ambiental do Núcleo Industrial em tela (fundamentado no art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85);
- (ii) Com o intuito de conferir mais prazo, remanejar quantia decorrente dos descumprimentos na vigência do TAC e adequar o cumprimento de obrigações, também foi considerado oportuno e conveniente a celebração do Primeiro Termo Aditivo nº 08/2017 com vistas à prorrogação do TAC em comento, em 12 meses;
- (iii) Na consulta jurídica ora em análise, a Compromissada solicita a este Instituto nova prorrogação da vigência do TAC, contudo, sem respeitar o prazo mínimo estabelecido na Cláusula Segunda do Termo originário (ocorreu

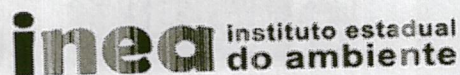
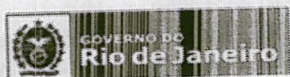




GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

10 dias após o vencimento do TAC). Assim, não se pode olvidar que existe um claro óbice jurídico a tal prorrogação:

- (iv) De acordo com o Princípio Constitucional da Legalidade (Art. 37, *caput*, da CRFB), a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite, ou seja, só pode ser exercido em conformidade com o que é apontado na lei;
- (v) Na mesma de raciocínio, também é dever da Administração cumprir os princípios do direito civil contratual, mais especificamente os relacionados ao Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos;
- (vi) Seguindo pura e simplesmente as normas contratuais estabelecidas entre as partes, não deve o INEA aceitar a prorrogação do prazo, no mesmo passo que deve o INEA usar das medidas protetivas em relação ao descumprimento das obrigações pendentes;
- (vii) No que tange as penalidades previstas no Termo, a Cláusula Nona previu multa moratória e a multa rescisória. Contudo, neste expediente, é válido ressaltar que não é interessante, neste momento, aplicação da multa rescisória, isto porque existem obrigações ainda pendentes e que continuam sendo de responsabilidade da Compromissada;
- (viii) Assim, sabendo do interesse da Prefeitura de Paracambi de cumprir as obrigações pendentes, principalmente em relação à execução do projeto de reflorestamento, já aprovado pelo INEA, e também do interesse do INEA e SEA em ver o cumprimento do acordado, **esta Procuradoria sugere a aplicação da multa moratória em relação às obrigações pendentes e recomenda a celebração de novo TAC com a Prefeitura de Paracambi.**
- (ix) Desta maneira todas as obrigações pendentes poderiam ser incluídas neste TAC com um prazo razoável ao seu cumprimento;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

- (x) Tratando-se de Projeto de Reflorestamento, poderá a área técnica do INEA estabelecer novas regras e acompanhar a implantação de todo projeto;
- (xi) Com efeito, evita-se a possibilidade de execução judicial do TAC e cumpre-se o Princípio da Legalidade, incito à Administração Pública em geral;
- (xii) No caso da discordância da Compromissada em celebrar um novo TAC restará ao INEA e a SEA executar o TAC.INEA 002/2014 judicialmente e ainda a aplicação da multa rescisória, nos termos da Cláusula Nona;
- (xiii) Por fim, tendo em vista a participação do MPE/RJ, como interveniente deste TAC, sugere-se que todas novidades no desfecho do TAC.INEA nº 002/2014 sejam encaminhadas àquele Instituto, para que este se manifeste, caso seja do seu interesse, e ainda o envio de convite ao mesmo órgão para participar, novamente, como interveniente do novo TAC;

É o parecer, que submeto a V. Sa. para superior consideração.

Guilherme Teixeira Araujo
Assessor Jurídico / ID funcional nº 5073427-0
GEDAM / Procuradoria do INEA



PROPOSTA Nº 001/2014
DE 12/03/2014
DE 12/03/2014
DE 12/03/2014

GOVERNHO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PASTAGEM E PESCA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

1. O presente Edital tem por objetivo a contratação de serviços de consultoria técnica para a elaboração de projeto de implantação de sistema de irrigação por gotejamento em uma área de 100 hectares, localizada no município de São João do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro.

2. O interessado deve apresentar proposta técnica e financeira, bem como demonstrar a capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços.

3. A proposta deve ser entregue em envelope fechado, com o seguinte teor: "PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO EM UMA ÁREA DE 100 HECTARES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO PRETO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

4. O envelope deve ser entregue no endereço: Rua da Assembleia, 150, Centro, São João do Rio Preto, RJ, CEP 28.200-000, até o dia 15/04/2014, às 14h30min.

5. A proposta vencedora será aquela que apresentar o menor valor global, desde que atenda aos requisitos técnicos e financeiros estabelecidos no Edital.

6. O vencedor será responsável por apresentar o projeto de implantação do sistema de irrigação por gotejamento, bem como a execução dos serviços, dentro do prazo estabelecido no Edital.

7. O presente Edital é válido por 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação.

Assessor Técnico: Engenheiro Agrônomo, MSc. [Assinatura]

[Assinatura]

Assessor Técnico: Engenheiro Agrônomo, MSc. [Assinatura]
Assessor Técnico: Engenheiro Agrônomo, MSc. [Assinatura]
Assessor Técnico: Engenheiro Agrônomo, MSc. [Assinatura]

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

[Assinatura]

[Assinatura]

Assessor Técnico: Engenheiro Agrônomo, MSc. [Assinatura]
Assessor Técnico: Engenheiro Agrônomo, MSc. [Assinatura]
Assessor Técnico: Engenheiro Agrônomo, MSc. [Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

V I S T O

1. Aprovo o Parecer GTA 03/2019, da lavra do Dr. Guilherme Teixeira Araujo, referente ao processo administrativo E-07/504.108/2011.
2. À DILAM/GELIM, com vistas ao Coordenador do TAC, em prosseguimento.

Rio de Janeiro,

09. Janeiro, 2019

RAFAEL LIMA DAUDT D'OLIVEIRA

Procurador do Estado
Procurador Chefe do Inea
ID funcional nº 4266605-8





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

11210

1. Aproveite o prazo de 15 dias para o Sr. GILBERTO SILVA ARAÚJO, residente em
processo administrativo nº 11210/2017.
2. A OBRIGADO, em nome do Coordenador do TAC, em procedimento

[Signature]
CARMELO LIMA BRUNO OLIVEIRA
PROCURADOR DO ESTADO
Procurador-Chefe do TAC
ID 11210/2017 - 123456789

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

At: Versão 1.0 - 12/2017
Elaborado por: [Nome] - [Cargo] - [Assinatura]